

AUTOR CONFESSOU TER FORNECIDO DADOS A DIVERSAS PESSOAS ANTES DO CONTRATO

“Inquirido pela MM. Juíza nas formas da lei disse que: *O autor entrou em contato com outros corretores de outras imobiliárias de outros empreendimentos antes de realizar negócios com a ré. Em todas essas ocasiões preenchia cadastros com dados pessoais.*”

(Depoimento pessoal do Autor, fls. 792)

QUEM É QUEM



AUTOR

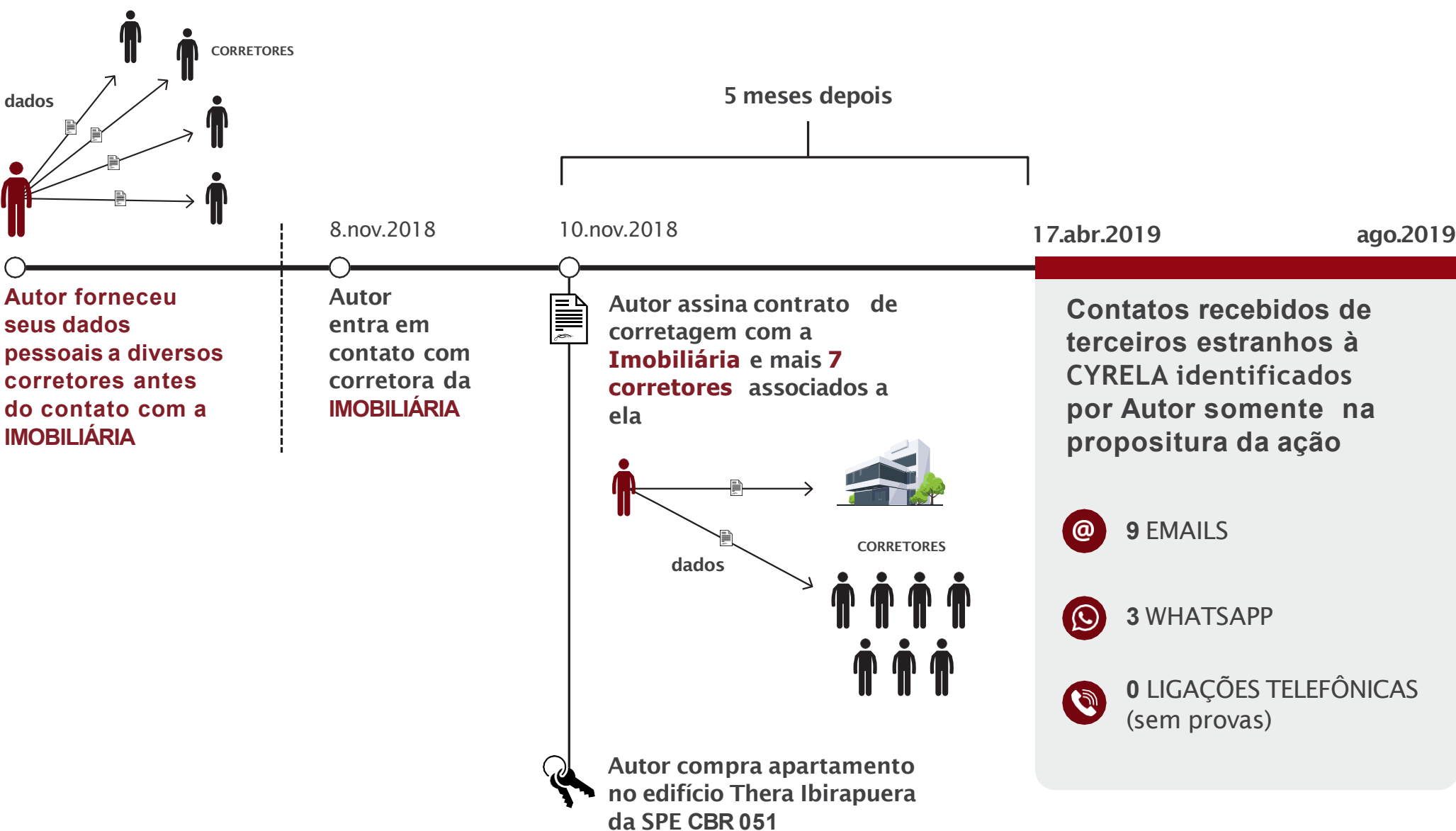
Advogado sócio de escritório especializado em propriedade intelectual

IMOBILIÁRIA E 7 CORRETORES

Assinaram 2 contratos de corretagem com Autor antes da compra com a CBR 051

CBR 051

SPE de propriedade da CYRELA (50%) e da Imobiliária 513 (50%)



Autor fez reclamação à CYRELA sobre os contatos de empresas de consórcios e armários

- Atendente do SAC da Cyrela entra em contato com Autor solicitando relação das empresas que o contactaram
- Autor se compromete a entregar a relação
- Autor não entrega a relação à Cyrela e ajuíza ação, **sonhando os contratos celebrados com a IMOBILIÁRIA e corretores autônomos**

- ⚠ EMPRESAS DE CONSÓRCIOS
- ⚠ EMPRESAS DE MÓVEIS PLANEJADOS
- ✗ Empresas não fazem parte do grupo econômico da Cyrela
- ✗ Empresas com atividades totalmente distintas da Cyrela (apenas incorporação e construção)
- ✗ Exploração comercial de dados não faz parte do objeto social da Cyrela, conforme balanço (fls. 284/362)

AINDA QUE FOSSE APLICÁVEL A LGPD...



Os dados solicitados ao Autor atenderam aos princípios da finalidade, adequação e necessidade (em conformidade com o art. 6º da LGPD)



EVENTUAIS SANÇÕES DEVERIAM LEVAR EM CONSIDERAÇÃO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 52, §1º ABAIXO INDICADOS:

I - a gravidade e a natureza das infrações e dos direitos pessoais afetados	✗ Gravidade não comprovada	VIII - a adoção reiterada e demonstrada de mecanismos e procedimentos internos capazes de minimizar o dano, voltados ao tratamento seguro e adequado de dados, em consonância com o disposto no inciso II do § 2º do art. 48 desta Lei	IX - a adoção de política de boas práticas e governança	X - a pronta adoção de medidas corretivas	✓ Plenamente demonstrada às: <ul style="list-style-type: none">• Palestras e informativos sobre LGPD (fls. 254/260)• Projeto de segurança da informação (fls. 261/273)• Notificações a todas as empresas que contactaram o Autor (fls. 551/601)• Código de conduta (fls. 748/764)• Termo de responsabilidade e segurança de TI (fls. 765/773)• Declaração da empresa _____ (fls. 828)• Apresentação _____ (fls. 829/835)
II - a boa-fé do infrator	✗ Infrator não identificado, apesar da CYRELA ter solicitado lista ao Autor				
III - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator	✗ Cyrela não faz parceria desse tipo e não tem essa atividade em seu objeto social				
IV - a condição econômica do infrator	✗ Irrelevante				
V - a reincidência	✗ Inexistente				
VI - o grau do dano	✗ Não comprovado	XI - a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.			✗ Totalmente desproporcional, pois não houve falta da CYRELA
VII - a cooperação do infrator	✓ Houve total cooperação, apesar da CYRELA não ser o agente				

A sentença proferida ignora totalmente o artigo §1º do art. 52 da LGPD, ao consignar que: *“irrelevante se a ré possui mecanismos eficazes para proteção de dados”*.



CABE RESSALTAR QUE TODA CAUTELA É NECESSÁRIA PARA EVITAR A CRIAÇÃO DE UMA NOVA INDÚSTRIA DE DANO MORAL BASEADA NA LGPD

INDEVIDA CONDENAÇÃO POR MERA ILAÇÃO

Total ausência de provas e nexo de causalidade e inaplicabilidade da LGPD, fatos anteriores à vigência da lei

elias, matias
ADVOGADOS

SENTENÇA EQUIVOCADA

- ✗ **NULIDADE** por aplicação da LGPD a fatos ocorridos antes da vigência da Lei
- ✗ **NULIDADE** por cerceamento de defesa
- ✗ **NULIDADE** por não acolhimento da ilegitimidade passiva
- ✗ Aplica responsabilidade objetiva do CDC, apesar das excludentes dos arts. 12, § 3º, III e 14, § 3º, III (culpa exclusiva do consumidor e culpa exclusiva de terceiro)
- ✗ Ausência de nexo de causalidade
- ✗ Condenação apenas por ter constado o termo THERA IBIRAPUERA

CONCLUSÕES

- **Ausência de provas:**
Não há qualquer prova de que a CYRELA seja responsável pela suposta divulgação dos dados do Apelado
- **Indevida presunção de vínculo da CYRELA:**
Apenas por ter constado em algumas mensagens e e-mails o termo “Thera” (condenação por ilação)
- **Sentença toda baseada em presunções/ilações:**
Decorrentes da mera presença do termo “Thera” e com fundamento em legislação não aplicável ao caso sem correta avaliação do conjunto probatório e sem mínima comprovação de nexo de causalidade
- **Ausência de nexo de causalidade:**
Culpa de terceiros (dados compartilhados com “outros corretores, de outras imobiliárias e outros empreendimentos antes de realizar negócios com a ré” - especialmente a Imobiliária e os 7 corretores - lembrando que, “Em todas essas ocasiões preenchia cadastros com dados pessoais” como **confessado no depoimento do autor**